

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Diário da Sessão

X Legislatura Número: 10

I Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 18 de janeiro de 2013

Presidente: Deputada Ana Luís

Secretários: Deputado Rogério Veiros (substituído no decorrer da sessão

pela Secretária da Mesa, Deputada Bárbara Chaves) e Deputado Valdemiro

Vasconcelos

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Agenda da Reunião:

- Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 4/X - recomenda ao Governo da República que desenvolva as diligências necessárias no sentido de efetivar rapidamente a transferência da posse dos terrenos do domínio público e respetivos edifícios e infraestruturas, não afetos à atividade aeroportuária, geridos pela ANA, SA, no concelho de Vila do Porto, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Justificada a urgência pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), a mesma foi aprovada por unanimidade.

- Projeto de Resolução n.º 4/X - recomenda ao Governo da República que desenvolva as diligências necessárias no sentido de efetivar rapidamente a transferência da posse dos terrenos do domínio público e respetivos edifícios e infraestruturas, não afetos à atividade aeroportuária, geridos pela ANA, SA, no concelho de Vila do Porto, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a intervenção de abertura do debate pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, usaram da palavra as Sras. Deputadas Bárbara Chaves (*PS*) e Aida Amaral (*PSD*), os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Deputado Duarte Freitas (*PSD*), o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

O diploma foi aprovado por unanimidade.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 12/X — resolve recomendar ao Governo Regional que suspenda definitivamente todos os apoios a projetos para estabulação total ou permanente de gado bovino, incluindo os que estejam em análise e ainda não tenham recebido despacho, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Justificada a urgência pelo Sr. Deputado Artur Lima (CDS-PP), usaram da palavra os Srs. Deputados Renato Cordeiro (PSD) e Duarte Moreira (PS). Submetida à votação, a urgência foi rejeitada por maioria.

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de
Decreto Legislativo Regional n.º 6/X – programa de pequeno-almoço na escola e almoço durante o período de férias escolares, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

A urgência e dispensa de exame em Comissão foi novamente rejeitada, após ter usado da palavra as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*), Catarina Moniz Furtado (*PS*), Judite Parreira (*PSD*) e o Sr. Deputado Nuno Melo Alves (*CDS-PP*).

Proferiu uma declaração de voto a Sra. Deputada Zuraida Soares (BE).

- Pedido de autorização para o Deputado Miguel António Moniz da Costa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no processo arbitral que corre termos no tribunal arbitral constituído para resolver o litígio entre a EUROSCUT Açores-Sociedade concessionária da SCUT dos Açores, S.A. e a Região Autónoma dos Açores relativamente à construção da SCUT na Ilha de S. Miguel, o qual foi aprovado por unanimidade.

- Pedido de autorização para a Deputada Renata Correia Botelho prestar depoimento, na qualidade de testemunha, na ação de Processo Comum n.º 368/12.6TTPDL que corre termos na Secção Única do Tribunal do Trabalho de Ponta Delgada, também aprovado por unanimidade.

- Eleição do Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Nacional de Educação;

Foi eleito o Sr. Vítor Rui Dores.

- Eleição do Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho de Opinião da RTP, SA;

Foi eleito o Sr. José Manuel Monteiro Lourenço.

- Eleição dos Representantes da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico e Social.

Foram eleitos a Sra. Gilberta Pavão Nunes Rocha e os Srs. Gui Manuel Machado Menezes, José Mancebo Soares e António Frederico Correia Maciel

- Proposta de deliberação que declara findo o período legislativo de janeiro, a qual foi aprovada por unanimidade

Os trabalhos terminaram às 12 horas e 25 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vou dar palavra ao Sr. Secretário para proceder à chamada.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório de Ávila

Lara Fernandes Martinho

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Luís Carlos Martins Maciel

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz da Costa

Paulo Alexandre Vieira **Borges**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia Botelho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral

António Augusto Baptista Soares Marinho

António Lima Cardoso Ventura

António Oldemiro das Neves Pedroso

Berta Maria Correia Almeida Melo Cabral

Bruno Filipe de Freitas Belo

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Humberto Trindade Borges de Melo

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Maria de Medeiros Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria Judite Gomes Parreira

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Nuno Alberto Lopes Melo Alves

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Presidente: Estão presente 52 Sras. e Srs. Deputados.

Significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados o primeiro ponto da nossa agenda é o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 4/X - Recomenda ao Governo da República que desenvolva as diligências necessárias no sentido de efetivar rapidamente a transferência da posse dos terrenos do domínio público e respetivos edifícios e infraestruturas, não afetos à atividade aeroportuária, geridos pela ANA, SA, no concelho de Vila do Porto — apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Chamo a atenção de que foi distribuída uma proposta de substituição integral sobre este projeto, pelo que, tal como fizemos ontem, será sobre esta proposta de substituição integral que discutiremos e faremos a votação.

Para apresentação do pedido de urgência tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo:

A urgência desta iniciativa prende-se com o facto de, como é do conhecimento de todos, ter sido estabelecido um protocolo entre o Governo da República e a Região, já em 2011, em que se previa a desanexação dos terrenos da ANA, envolventes ao aeroporto de Santa Maria, mas que já não têm utilização para a infraestrutura aeroportuária e esse protocolo ainda não foi cumprido.

Sabe-se também que aqueles terrenos estão numa área que naturalmente será a área natural de expansão de Vila do Porto. Sabe-se também que algumas das

habitações que ali estão, estão a sofrer um processo de degradação e portanto há necessidade, para além destas questões, que esta Assembleia recomende ao Governo da República, e já passou tempo suficiente para estarmos a tomar esta posição, que o protocolo seja cumprido naquilo que diz respeito aos terrenos envolventes à área aeroportuário do aeroporto de Santa Maria.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Aníbal Pires fez a apresentação do pedido de urgência.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos votar o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário

Entramos então no ponto dois.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo:

Esta iniciativa do PCP tem um objeto muito concreto recomendar que o protocolo seja cumprido.

Já passou, de facto, tempo suficiente para que isso acontecesse e portanto há aqui um claro prejuízo da Região pelo incumprimento do protocolo.

A substituição que foi feita não altera nem os considerandos, nem a parte resolutiva, foi feita apenas para corrigir alguma linguagem e sobretudo dar rigor ao texto.

Apenas isso e portanto não altera nem o objeto, nem os considerandos.

A Representação Parlamentar do PCP, ao apresentar esta iniciativa, teve o cuidado, até porque o que interessa à Representação Parlamentar do PCP é a defesa dos interesses de Santa Maria, neste caso em particular, mas da Região de uma forma geral, abdicando de fazer um histórico e de contextualizar, quer o protocolo ...

Portanto está de facto despojado de qualquer juízo sobre este processo.

Não o fizemos por acaso e apenas se o plenário e designadamente os Deputados eleitos pelo PS em Santa Maria assim o quiserem, eu depois poderei contextualizar e fazer o histórico deste processo.

Entendi que não era necessário uma vez que esta iniciativa, julgo eu, é por demais justa e tem toda a legitimidade, porque vai ao encontro dos interesses de Santa Maria e da Região, tal como eu disse e visa muito claramente o cumprimento do protocolo assinado nas Flores em 2011.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com agrado que vejo hoje ser aqui discutido um assunto tão importante para a Ilha da Santa Maria, como este da transferência dos terrenos do aeroporto para posse da Região.

É, com agrado mas também com pesar, porque em pleno ano de 2013, passado que está mais de um ano e meio após a celebração de um protocolo que define os termos e condições de passagem desses terrenos, parque habitacional e demais infra-estruturas para posse da Região, não deveríamos estar nesta casa a discutir esta questão, porque de facto é um assunto que já deveria estar resolvido.

Permitam-me que faça agora um breve historial sobre esta questão: em maio de 2011 foi assinado um protocolo com o governo dos Açores, entre o Governo dos Açores, a autarquia de Vila do Porto e o Governo da República, através da empresa ANA S.A., que definiu os termos e as condições que seria realizada a desafetação de bens imóveis do domínio público aeroportuário, designadamente os terrenos, o parque habitacional e infra-estruturas não operacionais, para domínio privado da Região.

Refira-se que este foi um protocolo conseguido fruto, é inevitável dizê-lo, do emprenho e persistência do Governo Regional dos Açores, liderado pelo então Presidente Carlos César, que correspondia a uma aspiração já antiga dos marienses, em especial das famílias que habitam nesse parque habitacional.

Estamos a falar de cerca de 200 habitações, das quais 58 encontram-se devolutas, em que habitam mais de 900 pessoas que aí residem há muitos anos e que anseiam ter oportunidade de adquirirem essas moradias para as reabilitarem e criarem melhores condições de habitabilidade, em muitos casos.

Esta necessidade decorre do total desinvestimento que a empresa ANA dotou também o seu parque habitacional e cuja gestão é responsável desde 1978, não investindo na manutenção das habitações, nem das vias de acesso que em muitos casos se apresentam praticamente intransitáveis.

Foi necessário que o Governo dos Açores realizasse pavimentações em alguns troços de estrada, de forma a mantê-las transitáveis, como é o caso da estrada do meio, que todos os marienses conhecem.

Anteriormente, já o Governo dos Açores tinha protocolado com a ANA a limpeza de terrenos da zona envolvente ao aeroporto de Santa Maria, exportando toneladas de resíduos metálicos que aquela empresa foi deixando acumular durante anos, requalificando também áreas e erradicando lixeiras.

Também nas redes de saneamento esta falta de investimento foi notória e evidente, durante muitos anos.

Se nos últimos anos e com a perspetiva de transferência desses terrenos para a Região e privatização da empresa, é que alguma coisa foi feita, mesmo assim nunca chegou a ser construída a ETAR prevista desde há muito para substituir a fossa séptica, completamente obsoleta que existe na zona de ar do aeroporto.

Muitos outros investimentos poderiam ter sido canalizados e desenvolvidos pela empresa ANA nos terrenos disponíveis, mas claramente os objetivos da empresa e dos seus dirigentes nos Açores não passaram claramente pela rentabilização do aeroporto de Santa Maria e dos terrenos anexos.

Por isso foi com muito agrado que os marienses viram ser celebrado um acordo entre várias partes interessadas, tendo sido deste modo criadas expetativas muito elevadas em especial pelos moradores do aeroporto.

Sras. e Srs. Deputados, para que o acordo celebrado tivesse validade teria que ser decidido em Conselho de Ministros, a promulgação do mesmo e consequente publicação de um decreto-lei nos termos e condições definidas no protocolo. Os marienses aguardaram.

Depois houve eleições para a Assembleia da República e constituição de um novo governo e os marienses esperaram.

Foram surgindo problemas muito graves para resolver no País (a ajuda externa, o FMI, os cortes nos ordenados e nas pensões) e os marienses sempre a aguardar que chegasse à sua vez.

O Governo Regional, através da Vice-Presidência, oficiou inúmeros vezes o Governo da República, a solicitar agendamento urgente na matéria, em Conselho de Ministros, com vista à promulgação do protocolo.

Desenvolveu contatos telefónicos com membros do Governo da República, no sentido de os sensibilizar para a necessidade urgente de se resolver o problema. Inclusive em janeiro de 2012 foi transmitida à Vice-Presidência que o assunto teria sido encaminhado para o Ministério da Economia, para agendamento em Conselho de Ministro, situação que ainda não ocorreu até à data.

O então Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, reuniu com o Sr. Primeiro-Ministro, Passos Coelho e abordou esta questão, tendo o mesmo assegurado que a situação seria para resolver em breve (isto em julho de 2012).

Entretanto durante o mês de maio do mesmo ano, sabe-se que a ANA dá parecer positivo à desafetação de toda a área em questão e sobre a sua gestão, considerando que até seria benéfico para a empresa.

Já nesta Legislatura o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes reuniu com o Sr. Secretário de Estado dos Transportes e empresa ANA, de modo a pressionar-se para a resolução do problema.

Em finais de 2012 e porque esta questão é suprapartidária o Conselho de Ilha de Santa Maria decidiu constituir um grupo de trabalho no sentido de abordar as questões do aeroporto de Santa Maria, incluindo a de não transferência dos terrenos e parque habitacional para posse da Região.

Nesse âmbito, a 28 e 29 de novembro deslocou-se a Lisboa uma representação desse grupo de trabalho, o Presidente do Conselho de Ilha, o Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, bem como os Deputados eleitos por Santa Maria, pelo PS, tendo em conta que a Deputada Aida não foi por motivos pessoais, e realizámos uma reunião com o Sr. Secretário de Estado dos Transportes e com o Sr. Presidente do conselho de administração da empresa ANA, S.A.

Permitam-me que vos transmita o facto de ter eu própria questionado diretamente o Sr. Secretário de Estado sobre a matéria, solicitando que me esclarecesse sobre a razão do atraso na publicação do Decreto-lei em questão e sobre o *timing* previsto para a resolução do problema.

A resposta foi breve mas clara: que a questão ainda não estava resolvida, porque a sua resolução poderia ter interferido com as eleições regionais de 2012, que entretanto ocorreram ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é gravíssimo! Deputado Aníbal Pires (PCP): Há mais do que gravidade aí!

A Oradora: ... e que nas próximas duas ou três semanas, a partir da data da reunião, os documentos iriam entrar no sistema documental do Governo da República e que o assunto estaria resolvido até ao final do ano de 2012.

Sobre esta resposta o que é lamentável é que, para tentar prejudicar o PS, o Governo da República atrasou propositadamente o processo de transferência dos terrenos, esquecendo-se dos marienses e das suas pretensões.

Dizer também que já estamos no ano de 2013, o ano de 2012 já lá vai há mais de 15 dias, todos os dias saem publicações de Decretos-lei e os marienses continuam à espera que o Governo da República agende em Conselho de Ministros a promulgação de um protocolo e a publicação de um diploma que efetive a transferência dos terrenos, parque habitacional e demais infra-

estruturas para posse do Governo dos Açores e consequentemente atribuição das habitações aos moradores.

De facto os marienses estão fartos de esperar.

Sras. e Srs. Deputados, mas nós, Grupo Parlamentar do PS e Governo Regional, não ficámos parados à espera que o Governo da República resolvesse o problema. Fomos fazendo a nossa parte.

O Grupo Parlamentar do PS apresentou uma proposta de alteração ao plano de investimentos de 2011 que previa a realização de um plano de ordenamento das zonas envolventes ao aeroporto de Santa Maria.

Ora esse plano foi elaborado através da empresa "Ilhas de Valor"...

(Apartes inaudíveis do Deputado Artur Lima)

A Oradora: Não sei se posso continuar Sra. Presidente.

... encontrando-se a aguardar efetivação da transferência dos terrenos para a Região, para que a proposta de plano de ordenamento entre em discussão pública, porque quer o Governo Regional, quer o Grupo Parlamentar do PS, consideram que é muito importante que os marienses tenham a possibilidade de contribuir e opinar sobre os pressupostos e objetivos do mesmo de uma forma aberta e clara.

Foi ainda iniciado a elaboração de um regulamento de atribuição de moradias constantes do parque habitacional em causa.

Por isso, como podem ver, o Governo Regional não ficou parado, foi fazendo a sua parte e se cada um tivesse feito a sua parte tudo teria corrido bem e não estaríamos aqui a discutir esta questão.

Por fim, gostaria de lamentar que o Governo da República ainda não tenha percebido que a simples promulgação de um protocolo celebrado há mais de um ano e meio (ainda era Primeiro-Ministro José Sócrates) traria benefícios claros em termos económicos à Ilha de Santa Maria, já que poderia ser um polo dinamizador da construção civil local, tendo em conta que os nossos

proprietários iriam certamente querer melhorá-las, recorrendo às empresas locais.

Porque todos os esforços e diligências são importantes para tentar resolver o problema e pressionar o Governo da República para a necessidade de resolução desta questão urgente, o Grupo Parlamentar do PS irá votar favoravelmente a iniciativa do PCP.

Obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Bárbara Chaves pediu, e eu tenho que vir ao debate porque não recusaria nunca um desafio feito pela Deputada Bárbara Chaves.

A questão é a seguinte: como eu afirmei na apresentação desta iniciativa, não quis, e fi-lo propositadamente, contextualizar e descrever a história deste processo.

Vejamos: quando é que foi celebrado o protocolo?

Foi celebrado em 2011, na Ilha das Flores ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí começa a questão!

O Orador: ... e não continha apenas a questão dos terrenos de Santa Maria, tinha também a questão do cabo de fibra ótica para o grupo ocidental.

Lembremos: quem é que celebra esse protocolo?

É assinado pelo Ministro das Obras Públicas e Equipamentos do Governo da República de seu nome, António Mendonça, por acaso Ministro do Engenheiro José Sócrates.

Em que contexto político é celebrado este protocolo? Num contexto político pré-eleitoral.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto é bom que isto fique claro.

A Deputada Bárbara Chaves, os Deputados de Santa Maria, ao invés, de não tornarem esta questão, numa questão de guerrilha partidária, é uma questão

limpa, e de defesa dos interesses de Santa Maria e da Região, não se coibiu de por um lado tentar desresponsabilizar o Governo Regional, que não tem efetivamente nenhuma responsabilidade, mas não se coibiu do ataque baixo a outros partidos.

É bom que punhamos as coisas de uma forma muito clara. Isto foi feito pelo Governo de José Sócrates e protagonizado pelo Ministro António Mendonça, num ambiente pré-eleitoral.

Portanto o contexto é esse e não outro.

Ainda hoje nem temos cabo de fibra ótica nas Flores e Corvo, nem temos terrenos em Santa Maria.

Isto infelizmente os Deputados de Santa Maria têm destas coisas. Não defendem os interesses nem da Região e muito menos os interesses de Manta Maria, aliás como se verificou ontem do Projeto de Resolução que foi aqui votado unanimemente, a terceira versão. O que é que a terceira versão tinha diferente da segunda versão? De facto tinha sido melhorada. Foi esta redação: "tome as medidas necessárias à administração do aeroporto de Santa Maria, como aeroporto de referência de escalas técnicas" e foi substituído por esta "salvaguarda as capacidades do aeroporto de Santa Maria para escalas técnicas do Atlântico Norte".

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! A senhora não gosta? Pois é!

O Orador: Portanto, é bom que os marienses que por acaso estiverem a ouvir-me percebam qual foi a última alteração que foi feita no Projeto de Resolução que ontem fizemos. Foi retirar de lá que o aeroporto de Santa Maria era o aeroporto de referência e pô-lo em igualdade de circunstâncias com qualquer aeroporto da Região.

A defesa dos interesses de Santa Maria não é feita desta maneira, Sr. Deputado Duarte Moreira, Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Amaral.

Deputada Aida Amaral (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A desanexação dos terrenos circundantes ao Aeroporto de Santa Maria é muito importante, isto porque é uma zona habitacional, com cerca de 200 moradias, e com uma área de um milhão e 900 mil metros quadrados.

É um processo que se arrasta há vários anos.

Em maio de 2011, foi assinado o protocolo que estipulou a passagem dos terrenos para o património da Região.

O processo tem tido alguma demora pelo fato dos diversos departamentos do estado intervenientes nas diversas áreas que engloba um documento tão abrangente terem de analisar e emitir parecer.

Mas há expectativas de que no primeiro trimestre do corrente ano o protocolo seja alvo de publicação.

O Grupo parlamentar do PSD, vai votar favoravelmente este projeto de resolução.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O BE vai evidentemente votar favoravelmente este Projeto de Resolução da iniciativa do PCP, não só porque ele corporiza anseios legítimos dos marienses à longa data, não é de agora, mas sobretudo porque ele também recomenda ao Governo da República aquilo que está obrigado a cumprir.

Toda esta situação, toda a história, toda a saga que todos nós ouvimos contada nas suas linhas fundamentais pela Deputada Bárbara Chaves, protagoniza quanto a nós uma situação má de mais para ser verdade num Estado de direito, ou seja, num Estado que se deve pautar pelo cumprimento da Lei e pelo cumprimento dos compromissos assumidos, no caso concreto entre a ANA, o Governo Regional e o Município de Vila do porto.

Portanto estas são as duas razões fundamentais, penso eu, da iniciativa deste Projeto de Resolução e são também as duas razões fundamentais pelas quais o BE o votará favoravelmente.

Há aqui uma situação que eu não posso deixar de trazer a esta câmara e que levanta, penso eu, fundadas dúvidas ao BE, que é a seguinte: neste momento nós sabemos que a ANA foi vendida. Não é segredo para ninguém. Aquilo que a maioria desconhece são os critérios, as condições do contrato firmado entre o Estado, no caso entre o Governo da República, e a empresa que comprou a ANA.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aqueles senhores é que sabem!

A Oradora: Este conhecimento é muito importante para esta situação porque, Sras. e Srs. Deputados, nós somos capazes de estar a correr o risco de estarmos aqui a aprovar uma Resolução, e bem, uma recomendação ao Governo da República, que no fundo é: faça favor de cumprir aquilo a que está obrigado, no caso de desafetação destes terrenos.

Mas a verdade é que se eles fazem parte do pacote vendido à empresa que comprou a ANA, nós estamos a "chover no molhado" e há aqui qualquer coisa que não está certa.

Eu, talvez por culpa minha, entendi, e já agora gostaria de aproveitar a oportunidade para esclarecer se o meu entendimento foi correto ou não, e aqui dirijo-me diretamente ao Sr. Presidente do Governo, que ontem aquando da discussão do Projeto de Resolução do PS, pareceu-me entender que o Governo Regional tinha conhecimento deste contrato firmado entre o Governo da República e a empresa que comprou a ANA e que sobre esse contrato, não a pedido do Governo da República mas por sua iniciativa, despendeu diversos argumentos e chamou a atenção para uma quantidade de situações legítimas da Região que poderiam ser postas em causa com essa venda.

A minha questão é apenas esta: se na realidade o Governo Regional conhece este contrato, o BE solicita ao Governo Regional que o disponibilize a esta casa, a este parlamento, porque Sras. e Srs. Deputados, como bem sabem,

nem a Assembleia da República, nem os Deputados da Assembleia da República o conhecem, neste momento (a não ser algumas bancadas privilegiadas porque pertencem ao Governo).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a chamar privilegiada àquela bancada?!

A Oradora: As outras não têm nenhum tipo de conhecimento.

Portanto se o Governo Regional tem, o pedido é, e acho que é um pedido legítimo também feito por uma Deputada desta Casa, que o disponibilize à Assembleia Legislativa.

Não o conhecendo, Sras. e Srs. Deputados, é absolutamente urgente que o tenhamos na mão, para não estarmos a falar de uma coisa que provavelmente já é correr atrás do prejuízo.

Afinal, a quem é que pertencem estes terrenos em questão? Pertencem ao Estado ou pertencem afinal à empresa que comprou a ANA?

É muito importante termos consciência desta situação e sabermos exatamente do que é que estamos a falar, não retirando com isso qualquer tipo de mérito, nem à iniciativa do PCP, nem à absoluta e legítima pretensão dos marienses que há anos e anos andam a lutar por uma coisa que é da mais elementar decência que lhes seja concedido.

Muito obrigada Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, ontem não me referi ao contrato de venda da ANA. Referi-me ao contrato de concessão entre o Governo da República e a ANA. Esse é um contrato. Outro contrato, que é esse que a senhora está a referir-se é o contrato de venda da ANA.

Desse contrato de venda da ANA, o Governo não tem qualquer conhecimento.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): O que é extraordinário! Muito obrigada!

Presidente: Obrigada Sr. Presidente.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito breve.

Relativamente à questão da Sra. Deputada, vale o que vale, mas o que nos foi transmitido no grupo de trabalho foi que esses terrenos teriam sido desanexados (não sei se será o termo) que tinham sido tirados do património da ANA e integrados no do Estado, porque só dessa forma é que poderiam passar para a Região e que nesse contrato de concessão seriam afetos 600 mil euros para fazer face aos custos associados ao processo de drenagem de águas residuais que nunca foi concluído pela empresa ANA (vale o que vale).

Gostaria de dizer igualmente que os marienses conhecem-nos e nós fazemos tudo o que está ao nosso alcance para defender não só esta questão, como todas as outras.

Fazemos um trabalho sem publicidade, sem protagonismo.

O que nos interessa neste caso em concreto, ao PS, ao PSD também, porque estamos no mesmo grupo de trabalho e no mesmo barco nesta matéria, é a defesa intransigente das questões da Ilha de Santa Maria, neste caso nas questões dos terrenos. Estamos a falar de muitas pessoas, estamos a falar de uma questão que afeta muitas famílias e que tem uma repercussão económica, na ilha de Santa Maria, muito elevada.

Sendo o PCP, sendo outro Grupo Parlamentar qualquer, a tomar algum tipo de atitude para com esta questão, o Grupo Parlamentar do PS irá sempre apoiar, porque esse é um dos nossos objetivos, para além de partidos, para além das nossas divergências. Nesta situação em concreto é mais aquilo que nos une, do que aquilo que nos separa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso sim! Nota-se!

A Oradora: Esta tem sido sempre a nossa atitude, quer no grupo de trabalho, quer nas reuniões do Conselho de Ilha, sempre que se trata desta questão e

não vamos deixar que uma qualquer quezília partidária afete essa unanimidade e esta maneira de trabalhar que temos desenvolvido ao longo dos últimos meses.

Obrigada Sra. Presidente

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este processo de passagem para a Região e para o município de Vila do Porto, dos terrenos não afetos à atividade aeroportuária em Santa Maria, tinha até hoje uma dimensão que nos fazia prever e perspetivar que este atraso que aqui houve por parte do governo da República não era um atraso inocente.

Perante as declarações que aqui foram feitas pela Sra. Deputada Bárbara Chaves, em relação a uma reunião tida com o Secretário de Estado dos Transportes, do Governo da República, em que segundo o que ela disse, que confirma e que foi ouvido pelo Presidente da Câmara de Vila do Porto, pelo presidente do Conselho de Ilha de Santa Maria, que o Governo da República não tinha transferido os terrenos para que as famílias de Santa Maria pudessem ter as melhores habitações, para que Santa Maria pudesse ter melhores condições de desenvolvimento e a justificação para o atraso do Governo da República PSD/PP, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é PP, é CDS-PP!

O Orador: ... dita pelo Secretário de Estado dos Transportes era, e reparem, não interferir nas eleições regionais.

Esta declaração é de uma profunda gravidade e demonstra claramente que Santa Maria foi prejudicada porque o Governo da República acha que se os marienses fossem beneficiados iria prejudicar politicamente a maioria que apoia o Governo da República. Isto é de uma profunda gravidade e explica tudo o que se passou até agora.

Explica, por exemplo, que a Adjunta do Secretário de Estado dos Transportes, Dra. Lígia Fonseca, há um ano, tenha dito claramente que a Proposta de decreto-lei estava já remetida para agendamento de Conselho de Ministros, ou seja, está há um ano na gaveta do Conselho de Ministros e agora o Secretário de Estado dos Transportes justifica a colocação desse Decreto na gaveta, precisamente porque não queria interferir nas eleições regionais.

Mais, em julho de 2012, à minha frente, o Sr. Primeiro-Ministro disse claramente e comprometeu-se com o Governo dos Açores que no máximo em 15 dias o Decreto-Lei seria aprovado, situação que não se veio a verificar.

Por isso todos nós já percebemos por que é que os marienses não têm ainda a possibilidade de usufruir do património ...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não é só por isso, Sr. Vice-Presidente. Se quiser, eu posso explicar!

O Orador: ... que não é afeto à atividade aeroportuária e que está neste momento totalmente abandonado e que poderia ser colocado ao serviço de Santa Maria e dos Açores, por uma única razão, o Governo da República não quis, e assumiu nessa reunião, transferir esse património antes das eleições regionais.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é só por isso!

O Orador: Perante isso acho que todo o processo está devidamente esclarecido e neste contexto mais do que nunca este voto que aqui está a ser apresentado tem toda a pertinência.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma pequena referência, já foi aqui feita, nós vamos naturalmente votar a favor desta Projeto de Resolução. Isso também é revelador daquilo que nós entendemos que devemos assumir, uma coerência a todos os tipos e em todos os momentos, tanto em relação a esta matéria como em relação a outras.

Ainda ontem assistimos aqui a um hino à incoerência da parte do PS, quando aplaudiu a defesa da Rádio Naval da Horta e tinha feito exatamente o contrário antes.

Portanto, neste caso também vamos ser coerentes.

Defendemos que esta matéria já devia ter sido resolvida.

Penso que aquilo que o Sr. Vice-Presidente colocou aqui, os argumentos que usou, podiam ser exatamente para indicar o sentido contrário, isto é, se o Governo da República tivesse resolvido aquele assunto nas vésperas das eleições, os senhores estariam a dizer que não tinham resolvido antes por razões meramente eleitorais (como aliás aconteceu nas Flores, quando veio cá o Ministro Mendonça, em relação ao cabo submarino).

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Grande submarino! Foi feito em San Diego!

O Orador: Se devia ter feito antes? Pois talvez deveria ter feito antes.

Se deveria fazer agora? Pois talvez deveria fazer agora, o mais rápido possível. Concordamos.

Fazê-lo a 15 dias das eleições. Certamente nessa altura o Sr. Vice-Presidente diria que tinham vindo cá por razões meramente eleitorais e aí nós se calhar teríamos que engolir.

Mas mais importante do que isso é que o assunto seja resolvido e mais importante do que isso ainda, é que sejamos perfeitamente coerentes na defesa dos interesses dos Açores em toda e qualquer situação e qualquer que seja o Governo da República.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo penso que estamos em condições de passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O presente projeto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Passamos então ao ponto seguinte da nossa agenda Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 12/X – resolve recomendar ao Governo Regional que suspenda definitivamente todos os apoios a projetos para estabulação total ou permanente de gado bovino, incluindo os que estejam em análise e ainda não tenham recebido despacho, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Para apresentar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Penso que esta urgência praticamente não precisava de ser explicada, tal a necessidade premente de se defender a marca Açores e sobretudo de não se permitir que seja indelevelmente manchada para o futuro e correndo o risco de ser afetada permanentemente e depois levarmos anos a conseguir recuperar aquilo que conseguimos até há dois anos atrás...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Está nervoso Sr. Deputado Francisco César?

Deputado Francisco César (PS): Não. Estou a fazer um aparte!

O Orador: Ah, um aparte! Se está nervoso eu também sei tratar desse assunto.

Portanto, julgo que a urgência é exatamente impedir que se estrague a marca Açores, aliás vem no seguimento da mesma urgência com que o Governo Regional dos Açores trouxe aqui a agenda e os outros projetos para a defesa da marca Açores, para a valorização dos nossos produtos e isso é fundamental para se conseguir também implementar com urgência a agenda para o desenvolvimento dos Açores.

Portanto isto é uma parte, como aliás está bem estipulado nas medidas que lá vêm descritas, parece-me absolutamente fundamental que com urgência, não há dúvidas científicas, não há dúvidas nenhumas sobre as contra-indicações da estabulação permanente de gado.

Portanto acho que estamos em condições de avançar para o projeto, discuti-lo aqui e aprová-lo.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(*) **Deputado Renato Cordeiro** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Após a leitura do requerimento apresentado não ficamos cientes do que poderá estar aqui em causa.

Fico até com a impressão que o seu autor não tem o real conhecimento da realidade do setor agrícola nos Açores, para discutir a urgência.

Em relação à urgência eu acho que não é urgente e até deveria baixar a conselho.

Eu próprio já fui dirigente agrícola, há bem pouco tempo. Nem eu nem os meus colegas fomos auscultados e segundo o que vejo aqui baseia-se apenas na parte académica.

Acho que o caso merece mais atenção e deverá ser mais discutido por várias razões que se possa apresentar aqui. Tem que baixar à Comissão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se o senhor diz que tem de baixar à Comissão a gente baixa!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Independentemente, e não é isso que está em causa neste momento, da proposta concreta apresentada pelo CDS/PP, relativamente à urgência, esta bancada entende que nesta fase em que nos encontramos, no final de um Quadro Comunitário em que como sabemos a maioria das verbas estão já executadas; em que sabemos que o novo Quadro Comunitário estará em

execução nos Açores lá para o ano de 2014, temos muito tempo para discutir esta matéria.

Por outro lado esta bancada entende que este assunto deverá ser discutido em Comissão de Economia, ouvindo os parceiros que estão envolvidos nesta área.

Portanto não subscrevemos a urgência apresentada aqui pelo CDS/PP.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo penso que estamos em condições de passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

(Neste momento a Deputada Bárbara Chaves ocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Passamos então ao ponto seguinte da nossa agenda **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/X – programa de pequeno-almoço na escola e almoço durante o período de férias escolares,** apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Para apresentação da urgência tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A urgência deste Projeto de Decreto Legislativo Regional, decorre da evidência que neste momento se vive na nossa Região, uma situação de

emergência social que afeta muitas e muitas famílias e inevitavelmente e por via disso muitos jovens e muitas crianças.

Face a essa situação o BE reclama a urgência de garantir um programa de pequeno-almoço na escola e um almoço durante o período de férias escolares, fazendo com critérios claros, expeditos, universais e eficazes.

A justificação da urgência não é mais do que esta.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves** (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP Açores entende aqui que de facto esta é uma matéria premente e importante.

Premente, quase urgente diria, porque de facto, é uma situação que se tem vindo a agravar ao longo do último ano, uma situação que abrange muita gente, uma situação que efetivamente precisa e merece uma resposta adequada e o mais rápida possível.

Portanto, concretamente aceitamos aqui as preocupações. Contudo com um pequeno senão. Nós consideramos que alguns dos aspetos aqui contidos na proposta devem ser mais debatidos por esta casa (propostas de alteração). Alguns pequenos pormenores que penso que ao contrário do que o BE aqui propõe, que sejam remetidos para Decreto Regulamentar Regional, devem ser propostos à partida, logo por esta casa, de forma a vincular o Governo Regional à vontade parlamentar, neste caso.

Por isso em relação à urgência, pese embora compreendendo a necessidade deste assunto ser resolvido o quanto antes e de ser dado um tratamento absolutamente expedito na sua análise em Comissão, nós entendemos que para uma melhor eficácia dum instrumento que aqui se pretende criar, para dar um melhor apoio efetivamente às crianças, que neste caso estão carenciadas e a necessitar deste apoio, nessa medida é importante e será proveitoso para a proposta, que ela desça para análise em Comissão.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em grande parte o Sr. Deputado Nuno Melo Alves já expôs as razões que também subscrevo, ou seja a preocupação com esta situação de emergência social é nítida, até porque o Governo já começou a servir pequenos-almoços, muito para além dos alunos que fazem parte dos escalões do SASE.

Contudo, esta proposta tem que ser com a devida celeridade analisada em Comissão, exatamente pela falta de critérios de que ela padece, porque aqui está a todos os alunos.

Portanto julgo que mesmo numa situação de crise, ou de emergência social como possamos vir a acentuar durante o ano de 2013, este programa não pode ser generalizado, independentemente de critérios a estipular, para além de que os volumes que aqui são remetidos para o orçamento também têm que ser analisados e calculados e aqui não há nenhuma estimativa dos mesmos.

Portanto vamos votar contra a urgência para que seja debatido em Comissão.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

(*) **Deputada Judite Parreira** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD não pode ficar indiferente a esta proposta que considera nobre e com princípios subjacentes aos quais nós também somos sensíveis. Numa altura de crise em que o RSI continua a ter cada vez mais beneficiários, sabemos que são muitas as crianças que têm carências alimentares e portanto esta medida seria uma mais-valia.

No entanto e porque encontramos aqui algumas dificuldades de ordem prática e operacional, consideramos pertinente que a proposta baixe à Comissão, onde deve ser discutida o mais urgentemente possível e antes da apresentação do Plano e Orçamento.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo penso que estamos em condições de passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

A Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta matéria apenas dizer o seguinte: o BE não tem a pretensão de, nem sobre esta matéria, nem sobre outra qualquer, ter as melhores, ter as únicas soluções, mas temos a certeza de termos identificado um problema grave, urgente e que pode pôr em causa quer a igualdade de tratamento, quer a igualdade de oportunidades que é a essência da escola pública.

Portanto, compreendendo as razões das Sras. e Srs. Deputados que votaram contra esta urgência, há uma solicitação que eu faço a esta câmara e a todos os Grupos Parlamentares. Que o chumbo desta urgência seja o início duma outra urgência que é, no plenário de fevereiro, podermos trazer aqui a proposta com todas as alterações que maioritariamente forem entendidas.

Caso contrário o BE voltará a apresentar mais um projeto de urgência exatamente com o mesmo conteúdo, porque estamos a correr atrás da realidade e deveria ser o contrário.

Muito obrigada Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Entramos então no ponto 7 da agenda da reunião: pedido de autorização para o Deputado Miguel António Moniz da Costa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no processo arbitral que corre termos no tribunal arbitral constituído para resolver o litígio entre a Euroscut Açores-Sociedade concessionária da SCUT dos Açores, S.A. e a Região Autónoma dos Açores relativamente à construção da SCUT na ilha de S. Miguel.

O Sr. Deputado afirmou na Comissão que esta audição como testemunha nada tem a ver com as suas funções de Deputado. Manifestou disponibilidade para ser ouvido como testemunha e é isto que consta do relatório.

Por isso vamos à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O relatório anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O ponto 8 da agenda refere-se a um pedido idêntico: Pedido de autorização para a Deputada Renata Correia Botelho prestar depoimento, na qualidade de testemunha, na ação de processo comum n.º 368/12.6TTPDL que corre termos na Secção Única do Tribunal do Trabalho de Ponta Delgada.

A Sra. Deputada também afirmou a sua disponibilidade para ser ouvida. Manifestou na comissão de que esta audição não se relaciona com as suas funções como Deputada. É disto que dá conta o relatório.

Sendo assim vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O diploma anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 11 horas e trinta minutos.

Eram 11 horas e 06 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 40 minutos.

Foram distribuídas há pouco as propostas com a indicação dos Representantes da Região Autónoma dos Açores em 3 Conselhos.

Sendo estas eleições nominais, peço aos Srs. Funcionários o favor de distribuírem os boletins de voto para a primeira eleição do Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Nacional de Educação.

(Neste momento, procedeu-se à chamada dos Srs. Deputados)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos anunciar a primeira votação, para o Conselho Nacional de Educação.

Secretária: O Dr. Vítor Rui Dores foi eleito com 34 votos a favor, 16 contra e 5 abstenções.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Passemos assim à eleição do Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal S.A

Peço aos Srs. Funcionários o favor de distribuírem os boletins de voto.

(Neste momento, procedeu-se à chamada dos Srs. Deputados)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos anunciar o resultado da segunda votação, para o Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal S.A.

Secretária: O Dr. José Manuel Monteiro Lourenço foi eleito com 32 votos a favor, 15 contra, 6 abstenções e 1 voto nulo.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Passemos agora à eleição dos Representantes da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico e Social.

Peço aos Srs. Funcionários o favor de distribuírem os boletins de voto

(Neste momento, procedeu-se à chamada dos Srs. Deputados)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos anunciar o resultado da votação dos Representantes da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico e Social.

Secretária: Para a Comissão Especializada de Política Económica e Social (CEPES) foi eleita, na qualidade de efetiva, Gilberta Pavão Nunes Rocha, com 33 votos a favor, 18 contra e 2 abstenções.

Para a Comissão Especializada de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento do Território (CDROT) foi eleito, na qualidade de efetivo, Gui Manuel Machado Menezes, com 34 votos a favor, 14 contra e 5 abstenções.

Para a Comissão Especializada de Política Económica e Social (CEPES) foi eleito como suplente José Mancebo Soares, com 29 votos a favor, 15 contra e 9 abstenções.

Para a Comissão Especializada de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento do Território (CDROT) foi eleito como suplente António Frederico Correia Maciel com 31 votos a favor, 18 votos contra e 4 abstenções.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Estamos a terminar os nossos trabalhos.

Passo a ler a proposta de deliberação: "A Mesa da Assembleia legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de janeiro".

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Dou então por concluídos os nossos trabalhos.

Boa tarde a todos, bom fim-de-semana e bom regresso a casa.

Eram 12 horas e 25 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputado que faltou à Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Documentos Entrados

Assunto: Oficio a propor o representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Nacional de Educação;

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Entrada: 2013-01-18

Assunto: Oficio a propor o representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho de Opinião da RTP, SA;

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Entrada: 2013-01-18

Assunto: Oficio a propor os representantes da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico e Social.

^(*) Texto não revisto pelo Orador

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Entrada: 2013-01-18

Listagem da correspondência

Projeto de Lei:

Assunto: Altera o Estatuto dos Deputados, aditando novos impedimentos. -

n.º 329/XII

Autor: BE – Assembleia da República

Entrada: 2013 - 01 - 16

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite de parecer: 2013 - 02 - 06

Proposta de Lei:

Assunto: Procede à sétima alteração à Lei de Enquadramento Orçamental,

aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto — n.º 124/XII

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 - 01 - 16

Comissão: Economia

Data limite de parecer: 2013 - 02 - 06

Diários:

Consideram-se aprovados na Sessão Plenária os Diários n.ºs 3, 4, 5 e 6, bem como as Separatas n.ºs 1 e 2/X.

P'la redatora: Noélia Escobar